

CAISAN

CÂMARA INTERSETORIAL
DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL DE MIRAÍMA-CE



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

E

NUTRICIONAL DE MIRAÍMA

(2014 - 2017)

Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Miraima(2014 – 2017)

Miraima - Ceará - Brasil, 2015.

Prefeito

Roberto Ivens Uchoa Sales

Presidente - CAISAN

Irene Praciano Vasconcelos Sales

Secretária de Assistência Social

MEMBROS DA CAISAN-MIRAIMA

Nº	Nome	Entidade	Função	
			Titular	Suplente
01	Irene Praciano Vasconcelos Sales	SAS	x	
02	Fernanda Ielpo da Cunha	SAS		X
03	Jose Teixeira Alves	Saúde	x	
04	Maria Glauciane do Monte	Saúde		X
05	Jose da Silva Neto	Educação	x	
06	Gean Alves dos santos	Educação		X
07	Jose Jairo de Lima Sales	Agricultura e Meio ambiente	x	
08	Jose Claudemir de Almeida	Agricultura e Meio Ambiente		X

Lista de Siglas

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAISAN/MUNICIPAL - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar
CIBRAZEN - Companhia Brasileira de Armazenamento
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CME - Campanha da Merenda Escolar
CNA - Comissão Nacional de Alimentação
CNSAN - Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos
COFAP - Comissão Federal de Abastecimento e Preços
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COPAG - Comissão para o Plano do Governo
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN – Educação Alimentar e Nutricional
EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EGGEM - Escola De Governo e Gestão Municipal
ENDEF - Estudo Nacional da Despesa Familiar
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBSAN - Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ICE- Instituto de Cidadania Empresarial
IES – Instituição de Ensino Superior
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMPUR - Instituto Municipal de Paisagem Urbana
INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional
INN - Instituto Nacional de Nutrição
ITA - Instituto Técnico de Alimentação
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAM - Produção Agrícola Municipal
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF - Programa Bolsa Família
PSE - Programa Saúde na Escola
PSF – Programa Saúde da Família
PLAMSAN - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PMSAN – Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares
PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade
PPA - Plano Plurianual
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social
SASAN - Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional
SESI - Serviço Social da Indústria
SESA-Secretaria Estadual de saúde do Ceará
SEDUC-Secretaria de Educação Básica do Ceará
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAS-Secretaria de Assistência Social
SIAB - Sistema de Informações da Atenção Básica
SIM - Serviço de Inspeção Municipal
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

STAN - Serviço Técnico de Alimentação Nacional

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

Apresentação	07
Capítulo 1-Contextualização.....	08
Capítulo 2 - Desafios do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional Miraima.....	28
Capítulo 3 - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em Miraima.....	30
Capítulo 4 - Diretrizes e Ações do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Miraima – PLAMSAN/Miraima.....	53
Capítulo 5 - Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.....	65
Referências Bibliográficas.....	67

APRESENTAÇÃO

A construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN é um compromisso assumido entre a Prefeitura Municipal de Miraima, através da Secretaria de Assistência Social, Governo Federal e o Governo Estadual por ocasião da assinatura do Termo de Adesão de Miraima, realizada em 20 de março de 2014 junto ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

A Prefeitura de Miraima, através das Secretarias: Assistência Social, Educação, Saúde e Agricultura, têm instaurado ações de cunho intersetorial com atuação integrada à participação social, através do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, para a discussão de estratégias de enfrentamento à situação de insegurança alimentar e nutricional - INSAN, entre elas a elaboração do seu Planejamento Estratégico. As discussões culminam com o documento ora apresentado, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional-PLAMSAN, que compila as propostas da sociedade e do Governo para o enfrentamento da INSAN no município de Miraima

O diagnóstico da Situação de (In) segurança Alimentar e Nutricional em Miraima” permitiu a identificação das áreas de maior risco e a caracterização da população à qual serão direcionadas as atenções para a modificação de perfil da INSAN no município. Este foi um avanço e proporcionou a base para o direcionamento dos programas e ações que devem ser fortalecidos e até mesmo implantados.

Este plano é uma conquista política e social importante, e mostra o fortalecimento de um trabalho intersetorial integrado, com vistas à implementação das ações voltadas para a área de SAN.

Irene Praciano Vasconcelos Sales
Secretária de Assistência Social
Presidente-CAISAN

CAPITULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO

1-Dados Gerais do município

1.1-Dados históricos

Os principais fatores ascendentes do surgimento da cidade foram a construção do açude (São Pedro da Timbaúba) e a ferrovia Sobral-Fortaleza. Chamou-se primitivamente São Pedro da Timbaúba, vinculada ao Município de Itapipoca e a manter na sede uma estação ferroviária. A elevação do povoado à categoria de Distrito data do ano de 1920 e, a de Município, conforme Lei nº 6.447, de 29 de junho de 1963. Suprimido, consoante Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, antes de sua instalação e restaurado na forma da Lei nº 11.437, de 12 de maio de 1988. Na **Figur**atemos uma imagem de satélite da cidade de Miraíma - CE.



1.2. Caracterização Geografia

1.2.1- Localização Territorial

O município de Miraíma está localizado no norte do Estado do Ceará, à cerca de 190 km da capital Fortaleza, situando-se na macrorregião de Litoral Oeste, mesorregião do noroeste cearense e microrregião de Sobral. Possui uma área de 766,1 km² com uma altitude de 80 m, com os distritos de Brota, Riachão e Poço das Onças. As coordenadas geográficas do município são: 3° 34' 10" de Latitude S e 39° 58' 12" de Longitude W. O acesso ao Município, partindo de Fortaleza (capital do Estado do Ceará) pode ser feito pela rodovia

BR-222 e CE-354/176. Miraíma faz limites com os seguintes municípios: Amontada ao Norte; Itapipoca, Irauçuba ao Leste; Irauçuba e Sobral ao Sul; Santana do Acaraú e Sobral ao Oeste (Figura 3.2).



Figura 3. – **Localização de Miraíma no Estado do Ceará.**

Fonte: Adaptação, Wikipédia (2011) e GOOGLEMAPS (2012).

2.2-Aspectos Fisiológicos

Os elementos naturais abordados referem-se aos parâmetros climáticos, geológicos, pedológicos, geomorfológicos e hidrológicos, que associados determinam outros diversos elementos naturais como a cobertura vegetal e fauna. Essa caracterização dará subsídios para a avaliação da área quanto ao seu grau de vulnerabilidade e de degradação.

2.2.1-Clima

O clima da região é classificado como tropical quente semi-árido, caracterizando-se por temperaturas médias entre 26° a 28°C e pluviosidade de 897,5 mm, concentrada nos meses de janeiro a abril.

2.2.2-Relevo

A paisagem apresenta relevo suave, típico das Depressões Sertanejas, maciços residuais. A depressão Sertaneja está situada em níveis altimétricos, inferiores a 400m, englobando cerca de 100.000km², quase 70% de território estadual. Dispõem-se na periferia dos grandes planaltos sedimentares ou embutidas entre esses e os maciços residuais. São

marcadas pela primazia de topografias planas ou levemente onduladas, quando os níveis altimétricos têm altitudes médias entre 130-150m. Nas altitudes superiores a 300m a dissecação é mais evidente isolando interflúvios de feições colinosas, tabuliformes ou lombadas. Os aspectos morfológicos das depressões sertanejas expõem-se através dos pedimentos que se inclinam desde a base dos maciços residuais, dos planaltos residuais e dos inselbergs.

2.2.3-Solos

O Município de Miráíma possui quatro classes de solos: Bruno não Cálcico, Solos Litólicos, Planossolos Solódicos, Podzólico Vermelho-Amarelo.-PVA.

Os **Solos Bruno não Cálcico**: classe de solo mineral, não hidromórfico, geralmente com horizonte A fraco e com horizonte B avermelhado eutrófico e com CTC > 27 cmol.kg⁻¹ de argila (Ta) sem desconto para matéria orgânica no horizonte B textural na nomenclatura de Camargo et al (1987), B textural da ordem dos Luvisolos na nova nomenclatura da EMBRAPA (1999). No sistema americano (Soil Taxonomy) correlaciona-se com a ordem dos Alfisols.

O **Solo Litólico** abrange indivíduos rasos ou muito rasos, pouco desenvolvidos com seqüência de horizonte A, C e R, ou A e R. Em geral, apresentam horizonte A diretamente sob substrato rochoso, contudo, podem exibir horizonte B incipiente, muito pouco espesso, acima do material rochoso pouco intemperizado, sobreposto ao substrato rochoso. Em geral, são solos muito pobres e ácidos.

Planossolo Solódico: Classe de solo hidromórfico com mudança textural abrupta na classificação de Camargo et al (1987). Sub ordem dos Planossolos Hidromórficos na nova nomenclatura da EMBRAPA (1999). No sistema americano (Soil Taxonomy) correlaciona-se com a sub ordem dos Aqualf ou Aquult.

Podzólico Vermelho-Amarelo: diferenciação de textura entre A e B em relação a TR - Terra Rocha Estruturada, e TB - Terra Bruna Estruturada, ocupando via de regra, paisagens de relevo mais movimentado.

2.2.4-Vegetação

Embora bastante modificada pelas ações de desmatamento, a vegetação predominante no Município de Miráíma é a caatinga arbustiva aberta e a mata ciliar (floresta mista dicotilo-palmacea), que acompanha as principais drenagens.

A caatinga arbustiva situa-se em boa parte do complexo cristalino do semiárido cearense. Atualmente, devido à forte pressão antrópica é difícil ou quase impossível separar as diversas tipologias da caatinga. Contudo, o porte, quando este for possível de ser analisado, é um bom fator para separar a caatinga arbórea da arbustiva, entretanto, falho no tocante a sua densidade, ou seja, se denso ou aberto. Praticamente não ocorrem árvores nesta tipologia vegetal, tendo apenas alguns indivíduos emergentes dispersos que raramente ultrapassam os 12 metros de altura.

Os arbustos e subarbustos formam um verdadeiro emaranhado de difícil acesso, com caules finos e normalmente espinhosos. Suas folhas são pequenas e caem quase que totalmente no estio (cerca de 70%). Seu solo cristalino, pouco retém a água o que aliado a deficiência pluviométrica local e à forte incidência solar trem levado a uma forte adaptação seletiva da biocenose local.

2.2.5-Caatinga Arbustiva Aberta

Caracteriza-se pela formação vegetal, típica do nordeste brasileiro, definida como: um conjunto de arbustos e de árvores espontâneas, denso, baixo, de aspecto seco, de folhas pequenas, caducas no verão, com raízes penetrantes e desenvolvidas [plantas xerófilas].

Apresenta-se com várias fisionomias, ou seja, indivíduos isolados ou agrupados, de caules retilíneos e retorcidos, com presença ou não de sub-bosque, dependendo da densidade populacional. No caso específico da caatinga arbustiva aberta, esta encontra-se presente em áreas que já sofreram as conseqüências do desmatamento, uso agrícola e pecuária.

2.2.6-Mata Ciliar

Também denominada de vegetação de várzea, a mata ciliar estende-se ao longe dos médios e baixos cursos das bacias fluviais do Estado, bem como em margens de lagoas. Há um predomínio de um estrado mais elevado que é ocupado por palmeiras, carnaubeiras, sendo a mesma acompanhada por algumas árvores e arbustos.

Além da carnaúba (*Copernicia prunifera*), no estrato arbustivo-arbóreo são encontradas espécies como: *Licania rígida* (oiticica), *Erithrina velutina* (mulungu), o *Zyziphus joazeiro* (juazeiro), o *Croton sonderianus* (marmeleiro preto), *Cobretum sp* (mofumbu), *Mimosa caesalpiniaefolia* (sabiá), a *Mimosa acutistipula* (jurema preta), *Mimosa tenuiflora* (jurema branca), dentre outras.

2.2.7-Recursos Hídricos

O município de Miraíma está inserido na bacia hidrográfica do Litoral. A população urbana, segundo a CAGECE, é abastecida pelo açude São Pedro do Timbaúba, sendo que há mais 50 poços existentes no município para abastecimento da população dos distritos. A captação de água é feita por estação elevatória para o reservatório, situado na parte mais alta da cidade, com uma capacidade de 100 m³. Na **Figura 3.3** pode-se observar o açude que abastece a cidade - São Pedro da Timbaúba.



Figura 3. - Manancial de abastecimento de Miraíma.

3-Aspectos Demográficos

A população residente no município de Miraíma em 2010 (IBGE) era de 12.800 habitantes e a densidade demográfica do município igual a 14,97 hab / km². Na **Tabela 3.1** abaixo é possível associar a população com a taxa de crescimento de 1991 a 2010.

Tabela 3. –População residente e taxa média geométrica anual de crescimento da população – 1991 a 2010.

Ano	População (habitantes)	Taxa de Crescimento (%)
1991	10.052	1,1
2000	11.417	13,5
2006	12.426	8,8
2007	12.131	-2,41

2009	12.737	4,9
2010	12.800	0,5

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991/2000/2006/2007/2010.

A taxa média geométrica anual de crescimento da população no período de 1988 a 1991 foi de 1,1%; para o período 1991/2000 foi 13,5%, de 2000/2006 foi de 8,8%; de 2006 a 2007 foi de -2,31% e de 2007 a 2009 foi de 4,9%, de 2009 a 2010 foi 0,5% (**Tabela 3.1**). Observando as taxas de crescimento da população de Miraíma entre os períodos citados, nota-se que houve uma diminuição no ritmo de crescimento populacional do município.

Em 2000 a população do município de Miraíma era de **11.417** habitantes sendo 4.772 (41,80%) na zona urbana e 6.645 (58,20%) na zona rural com uma densidade demográfica de 14,97 (hab/m²). Já no censo de 2010 (IBGE, 2010) a população cresceu para **12.800** habitantes, passando a densidade demográfica para 18,29 (hab/km²). Comparando os percentuais de 2000 em relação a 2010. Em 2010, o percentual da população rural foi de 47,78% e a população urbana de 52,22%, notando-se um ligeiro aumento na população da zona urbana, em grande parte, devido à migração de uma parte da população da zona rural para a zona urbana - êxodo rural.

A estimativa do IBGE para 2011 é que a população do município de Miraíma cresça num percentual mais baixo, girando em torno de 1% a 2%. Entre 2006 e 2007 houve um decréscimo na população (-2,31%), voltando a crescer entre 2007 e 2010.

4-Aspectos Sociais e Económicos

4.1-Índices de Desenvolvimento

Os indicadores de desenvolvimento são ferramentas que fornecem informações sobre a melhoria da qualidade de vida das pessoas e sobre o crescimento econômico. Os índices de desenvolvimento do município de Miraíma, em relação ao Estado e aos demais municípios cearenses, são explícitos na **Tabela 3.2**.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considera dados de expectativa de vida ao nascer, educação e renda (PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida).

O Índice de Desenvolvimento do Município (IDM) é um indicador que procura definir o nível geral de desenvolvimento do município e considera quatro conjuntos de indicadores: I) fisiográficos, fundiários e agrícolas (que incluem pluviometria e salinidade de água);

II) demográficos e econômicos;

III) de infraestrutura de apoio; e

IV) sociais (que incluem mortalidade infantil e cobertura de abastecimento de água). O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) identifica e dimensiona o problema da exclusão social.

O primeiro e o quarto conjunto de indicadores do IDM são os que trazem mais parâmetros sobre os serviços de saneamento básico ou aqueles mais influenciados por estes serviços. Espera-se que com o saneamento básico, tenhamos índices mais positivos.

Tabela 3. – **Índice de Desenvolvimento do Município de Miraíma.**

Índices	Valor	Posição no Ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) -2008	20,95	156
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2000	0,583	168
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O-2008)	0,339	145
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R)-2008	0,402	112

Fonte: IPECE/PNUD (2008).

4.2-Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto é um indicador que demonstra a evolução da economia municipal. O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Miraíma, apresentou para o ano de 2007 resultados muito aquém, daqueles comparados ao do Estado. Os resultados encontram-se na **Tabela 3.3**.

Tabela 3. – **Dados do PIB do Município de Miraíma em 2007.**

Discriminação	Município	Estado
PIB total a preços de mercado (R\$ mil)	18.282	40.923.492
PIB per capita (R\$ 1,00)	1.490	5.054

PIB por setor (%)		
Agropecuária	25,69	6,02
Indústria	10,33	23,07
Serviços	63,98	70,91

Fonte: IPECE/PNUD (2008).

4.3-Receitas e Despesas Municipais

As finanças municipais podem ser analisadas pela observação das suas receitas e despesas (**Tabela 3.4**). As receitas correntes constituem o principal componente de entrada (95%), tendo as transferências correntes como maior fonte de receita (92%) nesta rubrica. Estas transferências são compostas de participação na receita da União, com destaque à cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com quarenta e quatro milhões de reais; bem como na receita do Estado, com destaque à cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em torno de 15 milhões de reais.

Da mesma forma, as despesas correntes constituem a principal componente de saída (76%), tendo os gastos outras despesas correntes, as maiores despesas (48%) nesta rubrica.

Tabela 3. – **Receitas e despesas de Miráima-Ce – 2006**

Receita	Valor		Despesas	Valor	
	R\$ mil	%		R\$ mil	%
Receita Total	11.148	100,0	Despesa Total	10.475	100,00
Receitas correntes	8.638	91,30	Despesas correntes	8.025	76,61
Receita tributária	271	2,13	Pessoal e encargos sociais	2.984	20,49
Receita tributária	271	2,13	Pessoal e encargos sociais	2.984	20,49
Receita de contribuições	-	1,03	Juros e encargos da dívida	11	0,10
Receita patrimonial	69	,095	Outras despesas correntes	5030	48,02

Receita de serviços	-	-	Despesas de capital	2.450	23,39
Transferências correntes	8.292	95,41	Investimentos	2.254	21,52
Outras receitas correntes	6	0,48	Inversões financeiras	80	0,77
Receitas de capital	2.510	8,70	Amortização da dívida	116	1,10

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios-TCM (2006).

4.4-Investimentos em saneamento básico

Informações acerca de investimentos realizados ou previstos por meio de convênios estabelecidos por entes da federação com o Município, com dados até julho de 2012 do IPECE/SEPLAG. O maior montante provém do Ministério da Saúde, para sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias. O intervalo dos investimentos federais é 1997-2012. Em nível estadual, a Secretaria das Cidades disponibiliza recursos para melhoria de condições sanitárias, no intervalo 2008-2012.

5-Saúde

A melhoria das condições de saúde da população do município é dada através dos sistemas de serviços de saúde e através de ações de vigilância com intervenções governamentais, assegurando promover, proteger e recuperar a saúde.

As unidades de saúde permitem, e facilitam um acesso mais rápido à resolução dos problemas de saúde da população.

O município de Miraíma possuía, em 2010, 9 (nove) unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), dentre estas, uma unidade de Vigilância Sanitária e um Pronto Socorro Especializado.

A **Tabela 3.5** apresenta os tipos de unidades existentes no Município e também o quantitativo do Estado do Ceará.

Tabela 3. – **Unidades de Saúde ligadas ao SUS, por tipo de Unidade – 2010.**

Tipo de Unidade	Unidades de Saúde ligadas ao SUS	
	Município	Estado
Total (1)	9	2.358
Hospital Geral	-	174
Hospital especializado	-	30
Posto de Saúde	-	177
Clínica especializada/ Ambulatório	-	185
Consultórios isolados	-	8
Unidade Mista		54
Unidade Móvel	-	10
Unidade de vigilância sanitária	1	67
Centro de saúde/ Unidade Básica de Saúde	5	1.455
Laboratório central de saúde pública	-	1
Centro/ núcleo de reabilitação	-	5
Centro de atenção psicossocial	-	50
Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia	-	110
Farmácia isolada	-	6
Policlínica	-	24
Pronto socorro especializado	1	2

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

(1) Inclui (Hospital/Dia - Isolado, Centro de parto isolado, Centro de apoio a saúde da família, Centro de atenção hemoterápica / HEMOCE, Unidade de atenção a saúde indígena, Cooperativa e Secretaria de saúde).

5.1-Cobertura da saúde

O principal propósito do Programa Saúde da Família é reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto da família e, com isso, melhorar a qualidade de vida da população. A estratégia do PSF

prioriza as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua. O atendimento é prestado na unidade básica de saúde ou no domicílio, pelos profissionais (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde) que compõem as equipes de Saúde da Família. Assim, esses profissionais e a população acompanhada criam vínculos de co-responsabilidade, o que facilita a identificação e o atendimento aos problemas de saúde da comunidade.

O grupo do PSF de Miraíma - CE é composto por uma equipe de 49 multiprofissionais alocados em unidades básicas de saúde, em sua maioria, agentes comunitários que realizam visitas domiciliares em torno da unidade, obtendo informações capazes de dimensionar os principais problemas de saúde que afetam a comunidade. Ademais, são profissionais que levam até a população difusa as soluções destes problemas (**Tabela 3.6**).

Tabela 3. – **Profissionais de Saúde ligados ao SUS – 2010.**

Discriminação	PROFISSIONAIS DE SAÚDE LIGADAS AO SUS	
	Município	Estado
Total	49	57.152
Médicos	5	10.250
Dentistas	3	2.637
Enfermeiros	4	5.118
Outros profissionais de saúde/nível superior	2	5.067
Agentes comunitários de saúde	20	15.130
Outros profissionais de saúde/nível médio	15	18.940

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Nota: Profissionais de saúde cadastrados em unidades de entidades públicas e privadas.

O Programa de Saúde da Família contribui com as ações de promoção e prevenção da saúde da população. Investimentos em saneamento também contribuem. Em Miraíma, 97% das crianças 0 – 11 meses, acompanhadas pelo programa, estão com suas vacinas em dia (**Tabela 3.7**).

Tabela 3. – **Crianças Acompanhadas pelo Programa Agentes de Saúde – 2010.**

Discriminação	Crianças Acompanhadas pelo Programa Agentes da Saúde (%)	
	Município	Estado
Até 4 meses, só mamando	62,57	71,26
De 0 a 11 meses com a vacina em dia	97,21	97,03
De 0 a 11 meses subnutrida (1)	3,54	1,55
De 12 a 23 meses subnutrida (1)	9,68	3,71
Peso < 2,5 kg ao nascer	6,84	7,19

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará – SESA (2010).

(1)Crianças com peso inferior a P10.

5.2-Indicadores de saúde

A taxa de mortalidade de menores de um ano para o município, estimada a partir dos dados do Censo 2010, é de 4,6 a cada 1.000 crianças menores de um ano (**Tabela 3.8**), notando-se este número ser bastante inferior quando comparados com o do Estado do Ceará

Tabela 3. – **Principais Indicadores de Saúde – 2010.**

Discriminação	Principais Indicadores de Saúde	
	Município	Estado
Médicos / 1.000 hab.	039	1,21
Leitos / 1.000 hab.	0,85,	2,38
Dentistas / 1.000 hab.	0,23	0,31
Unidades de saúde/ 1.000 hab.	070	0,40
Taxa de internação por AVC (mais de 40 anos/1.000 hab.	33,34	24,05
Nascidos vivos	217	128.152
Taxa de mortalidade infantil/1.000 nascidos vivos	4,61	13,11

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado Ceará – SESA (2010).

Uma das ações importantes para a redução da mortalidade infantil é a prevenção através de imunização contra doenças infecto-contagiosas. Em 2010, mais de 95,5% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia.

A taxa de internação por AVC, em pessoas com mais de 40 anos de idade ficou em torno de 33 pessoas/1.000 hab. para o município de Miraíma.

6-Educação

No município de Miraíma em 2010, havia 4.691 alunos matriculados (**Tabela 3.9**), representando um público passível de formação visando o desenvolvimento sustentável, com potencial para desenvolver idéias inovadoras, principalmente no que se refere à preservação dos recursos naturais. A rede de ensino municipal concentra aproximadamente 90% dos alunos matriculados em todo o Município.

Tabela 3. – **Número de Professores e Matrícula Inicial – 2010.**

Dependência Administrativa	Professores		Matrícula Inicial	
	Município	Estado	Município	Estado
Total	234	111.572	4.691	2.472.942
Federal	-	518	-	6.215
Estadual	25	18.757	775	521.799
Municipal	209	68.613	3.916	1.532.139
Particular	-	23.684	-	412.798

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC)/IPECE (2011).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, é um índice resumido que deve ser detalhado para um perfeito entendimento sobre seu valor. São levados sempre em consideração o crescimento, as metas atingidas e os componentes de fluxo e aprendizado. O IDEB combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado a crianças da 4ª e 8ª séries, podendo variar de 0 a 10.

O Estado do Ceará foi um dos destaques do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) 2011, com nota 5,35 e ficou acima da média nacional de 4,7.

Miraíma encontrava-se em 2011 com nota 4,2, ocupando a 168.ª posição, entre os 5.565 do Brasil, quando são avaliados os alunos da 4.ª série.

O IDEB nacional, em 2011, foi de 4,7 para os anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e de 3,9 para os anos finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 6,5 e 6,0. O IDEB mostrou ainda que, em nível nacional, 75% das escolas atingiram as metas e 25% tiveram queda no IDEB, encontrando-se abaixo do valor de referência. (Fonte: Ministério da Educação – INEP).

No Município de Miraíma, em 2010, o percentual de escolas do Ensino Fundamental com laboratórios de informática era de 20,0%; com computadores 30%, e com acesso à internet 5,0% (Fonte: Ministério da Educação – INEP).

As escolas de Ensino Médio com laboratórios de informática eram de 100,0%; com computadores 100,0% e com acesso à internet 100,0%.

A rede escolar de Miraíma possui 234 professores, distribuídos em escolas estaduais e municipais, dos quais 89% são de esfera municipal. Toda esta rede educacional é um mecanismo potencial para disseminação do conhecimento referente à educação ambiental.

De acordo com os indicadores educacionais divulgados pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC, 2011), relativos ao ano de 2010, Miraíma apresentou, no Ensino Médio, desempenho superior a média estadual (**Tabela 3.10**).

Tabela 3. – Indicadores Educacionais no Ensino Fundamental e Médio – 2010.

Discriminação	Indicadores Educacionais (%)			
	Ensino Fundamental		Ensino médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Escolarização Líquida	85,3	91,4,	48,4	47,8
Aprovação	90,4	88,4	86,3	82,2
Reprovação	6,2	8,7	2,1	7,2
Abandono	3,4	3,9	11,6	10,6
Alunos por sala de aula	19,9	28,2	73,4	34,1

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC)/IPECE (2011).

6- ASSISTENCIA SOCIAL

Cadastro Único

Com relação as ações de combate a pobreza em Miraima com base no Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município **MIRAÍMA/CE**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em setembro de 2015 era de **3.178** dentre as quais:

- 1.805 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 320 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;
- 626 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 427 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de novembro de 2015, **1.955 famílias**, representando uma cobertura de 86,4 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 173,58 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 339.349,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de setembro de 2015, atingiu o percentual de 90,5%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 1.740 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 1.923. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 77,3%, resultando em 360 jovens acompanhados de um total de 466. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2015, atingiu 95,9 %, percentual equivale a 1.574 famílias de um total de 1.641 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município. Tabela(mês de referencia setembro/2015).

Famílias cadastradas		
Total de famílias cadastradas ▼ ▼	3.178	09/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00 ▼	1.805	09/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00 ▼	320	09/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário mínimo ▼	626	09/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo ▼	427	09/2015

Mes de referencia setembro/2015

Pessoas cadastradas		
Total de pessoas cadastradas ▼	10.789	09/2015
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00 ▼	6.348	09/2015
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00	1.376	09/2015
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário mínimo	2.205	09/2015
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	860	09/2015

Mes de referencia setembro/2015

Atualização cadastral		
Total de Famílias com cadastro atualizado	2.404	09/2015
Famílias com cadastro atualizado e renda per capita até ½ salário mínimo	2.174	09/2015
Taxa de atualização do total de famílias cadastradas	0,76	09/2015
Taxa de atualização cadastral até ½ salário mínimo	0,79	09/2015

6-Recursos Hídricos do Município

Este tópico aborda a exigência da Política Nacional de Saneamento Básico, Lei Federal nº 11.445/2007, no tocante ao disposto no § 3º do art. 19, onde se determina que os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

6.1-Identificação e Caracterização das Bacias Hidrográficas

A Bacia do Litoral, possui uma área de drenagem de 8.619 km², correspondente a 5,82% do território Cearense, engloba um conjunto de bacias independentes compreendidas entre as do Coreaú e Acaraú, variando de quase 155 km² (Riacho Zumbi) até 3.450 km² (Rio Aracatiaçu). Essa Bacia é composta por 11 municípios e apresenta uma capacidade de acumulação de águas superficiais de 98.290.000 milhões de m³, num total de 7 (sete) açudes públicos gerenciados pela COGERH. As lagoas e os lagos existentes na bacia do Litoral ocorrem principalmente devido a extensa faixa litorânea e pela predominância de um relevo muito suave e de baixa altitude. Os municípios que a compõem são: Acaraú, Amontada, Irauçuba, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Santana do Acaraú, Sobral, Trairi, Tururu e Uruburetama. Na **Figura 3.4** vê-se o mapa contendo a Bacia do Litoral e outras duas bacias.

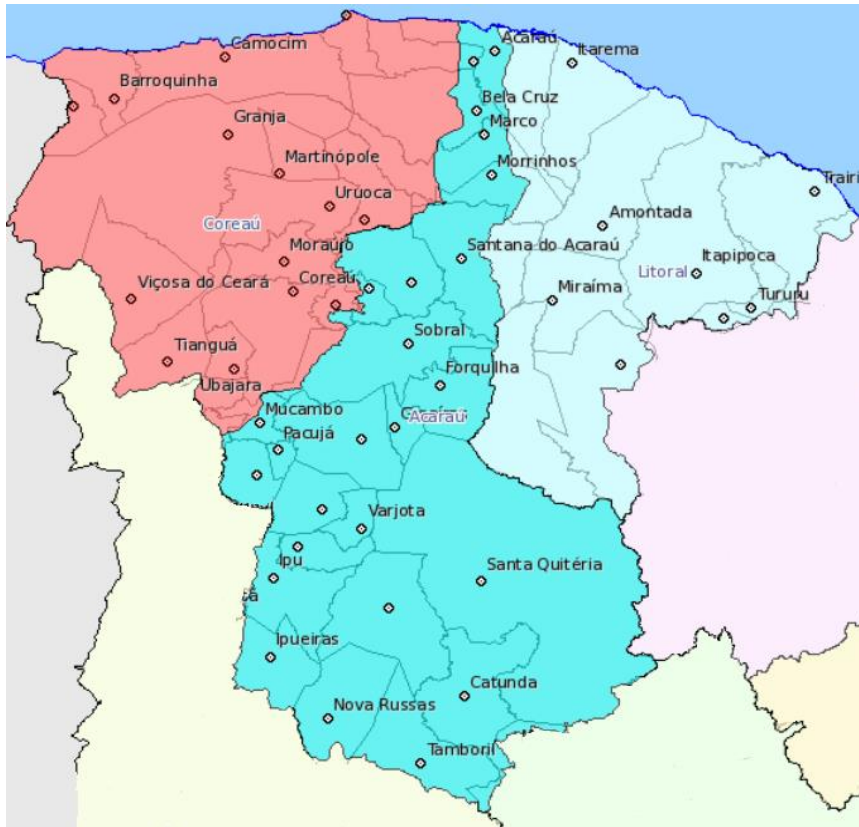


Figura 3. – Mapa contendo as Bacias do Acaraú, do Coreaú e do Litoral.

Fonte: Atlas da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (2011).

A Companhia de Água e Esgoto (COGERH) monitora 12 reservatórios da Bacia do Acaraú, dentre os quais 7 (sete) estão nas categorias de eutróficos e hipereutróficos, totalizando 63,6%, o que acarreta uma situação insatisfatória para o grau de trofia (PGABA, 2010).

Na Bacia do Coreaú são monitorados 9 (nove) reservatórios, dos quais 6 (seis) estão na categoria de mesotróficos, representando 66%, com situação de trofia boa (PGABC, 2010). Enquanto 5 (cinco) dos 7 (sete) reservatórios monitorados na Bacia do Litoral (PGABL, 2010) estão nas categorias de eutróficos e hipereutróficos, ou seja 71,4%, encontram-se com situação insatisfatória em relação ao grau de trofia (**Tabela 3.11**).

Tabela 3. – **Indicador de desempenho do Grau de Trofia das Bacias Hidrográficas.**

Faixas	Situação
= 100% dos reservatórios Oligotróficos	Excelente
> 60% dos reservatórios Oligotróficos	Ótima
> 60% dos reservatórios Mesotróficos	Boa
< 50% dos reservatórios Eutróficos	Aceitável
> 50% dos reservatórios Eutróficos	Insatisfatória
= 100% dos reservatórios Eutróficos	Imprópria

Fonte: Plano de Gerenciamento das Águas das Bacias do Acaraú, do Coreaú e do Litoral de 2010 (2011).

As instituições executoras responsáveis pelas ações de saneamento básico em termos de abastecimento urbano e rural das Bacias do Acaraú, do Coreaú e do Litoral são: a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e a Superintendência de obras Hidráulicas (SOHIDRA), respectivamente.

Para a avaliação do desempenho dos sistemas de saneamento básico nas Bacias do Acaraú, do Coreaú e do Litoral. Observou-se que a média de cobertura por abastecimento de água, em 2008, foi de 88,03%, considerada boa, estando entre 85% e 94%. Já em relação ao esgotamento sanitário, a situação é classificada como imprópria, pois a média de cobertura (11,26%) é menor que 49%, conforme **Tabela 3.12 e 3.13.**

Tabela 3. – **Cobertura de Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto da Bacia do Acaraú, do Coreaú e do Litoral.**

Componente	Cobertura (%)	
	2007	2008
Abastecimento de Água	87,20	88,03
Esgotamento Sanitário	10,20	11,26

Fonte: Secretaria de Infra-Estrutura *apud* Plano de Gerenciamento das Águas da Bacia do Acaraú, do Coreaú e do Litoral de 2010 (2011).

Tabela 3. – **Indicador de desempenho de saneamento básico das Bacias Hidrográficas.**

Faixas	Situação
100%	Excelente
Entre 95% - 99%	Ótima
Entre 85% - 94%	Boa
Entre 70% - 84%	Aceitável
Entre 50% - 69%	Insatisfatória
< 49%	Imprópria

Fonte: Plano de Gerenciamento das Águas das Bacias do Acaraú, do Coreaú e do Litoral de 2010 (2011).

CAPITULO II

2-DESAFIOS DO PLANO DESEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MIRAIMA

O Direito Humano à Alimentação Adequada diz respeito à disponibilidade, adequação, acesso físico, econômico e estável de alimentos, respeitando a dignidade humana, garantindo a prestação de contas e um empoderamento dos sujeitos desse direito. No entanto, para abranger todos esses atributos, são necessárias políticas articuladas entre diversos setores e âmbitos da sociedade (políticas intersetoriais) que ofereçam condições concretas para que os diferentes grupos sociais acessem, de acordo com suas especificidades e com dignidade, alimentos de qualidade produzidos de modo sustentável e permanente.

É através da política de SAN, articulada a outros programas e políticas públicas correlatas, que o Estado deve respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Esse direito, que constitui obrigação do poder público e responsabilidade da sociedade, alia a concepção de um estado físico ideal – estado de segurança alimentar e nutricional – aos princípios de direitos humanos, tais como dignidade, igualdade, participação, não discriminação, dentre outros.

- A. Dessa forma, alguns desafios deverão ser superados para que esse Plano possa atingir seu objetivo e suas metas, quais sejam
- B. Consolidar a Intersetorialidade e a Participação Social na implementação do SISAN/Municipal;
- C. Fortalecer a agricultura familiar e a criação de programas de compra direta da agricultura familiar;
- D. Fortalecimento da geração de emprego e renda nas áreas de desenvolvimento econômico;
- E. Elaboração e implementação de mecanismos de exigibilidade do

- F. DHAA;
- G. Elaborar e implementar, juntamente com a saúde, uma Política de Alimentação e Nutrição;
- H. Enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero, das condições de saúde, alimentação e nutrição e de acesso às políticas públicas de SAN;
- I. Implementação de um sistema de monitoramento de violação ao DHAA;
- J. Reverter à insegurança alimentar moderada e grave; e,
- K. Aumentar o volume de recursos alocados na Política de SAN.

CAPITULO III

SISTEMA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MIRAIMA

1-Segurança Alimentar

Calcular a quantidade de pessoas sujeitas à fome no Brasil é um problema bastante complicado. Não há consenso sobre o tamanho da população atingida. Tudo depende das medidas e critérios utilizados para definir quem compõe esse contingente.

No Brasil o problema da fome não é recente, e os primeiros estudos aprofundados e abrangentes a respeito desse fenômeno recorrente datam da década de 1930, mais precisamente de 1932 quando Josué de Castro¹ lança o primeiro inquérito no Brasil de denúncia do flagelo dos trabalhadores e a fome, intitulado “As condições de vida das classes operárias no Recife”. A partir dessa pesquisa foram desenvolvidas várias outras que faziam comparação entre o preço dos alimentos e do salário mínimo.

As pesquisas revelavam que o salário mínimo não era suficiente para fornecer uma alimentação adequada aos trabalhadores. Então, em 1939 foi criada a Comissão de Abastecimento pelo Governo Federal e, houve também a criação do Serviço Central de Alimentação, vinculado ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários.

Em 1940 foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Brasil, sob a direção de Josué de Castro. O SAPS investia no funcionamento de restaurantes a preços populares para os trabalhadores.

Foi extinto em 1967. Nos anos de 1943 e 1944 foram criados o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) e o Instituto Técnico de Alimentação (ITA), respectivamente.

Em 1945, Josué de Castro contribui para o debate e a ativa participação do Brasil na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e nesse mesmo ano é criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA).

O principal objetivo da CNA era estudar e propor normas para uma política nacional de alimentação.

No ano de 1946 tivemos a criação do Instituto Nacional de Nutrição (INN) e a primeira publicação da obra “Geografia da Fome”, de Josué de Castro, que abordou o retrato da fome no Brasil em sua época, destacando seus fatores sociais e econômicos. Já em 1951 tivemos a criação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), sendo uma

das primeiras medidas de intervenção direta no abastecimento em tempos de paz. Isto refletia a maior preocupação política com a área de abastecimento.

Josué de Castro defende, em 1955, a criação da Campanha da Merenda Escolar (CME) subordinada ao Ministério da Educação. Em 1962 é criada a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEN).

A CNA foi extinta em 1972 e nesse mesmo ano foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e também foi apresentada a primeira proposta de criação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

No ano seguinte, 1973, é criado o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN) contendo 12 (doze) subprogramas das diversas estruturas governamentais e colocando a desnutrição como uma doença social. O II PRONAN é lançado em 1976 e tinha por objetivo corrigir os problemas de alimentação e nutrição no país, identificando as causas de tais problemas e não apenas colocando suas consequências.

No mesmo ano de 1976 cria-se o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), do Ministério do Trabalho via Departamento Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) substitui, em 1979, a Campanha Merenda Escolar de 1955.

Data de 1985 o surgimento da primeira referência de segurança alimentar e nutricional no Brasil no documento intitulado “Segurança Alimentar – proposta de uma política contra a fome”, elaborado por uma equipe de técnicos da Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura. Encontra-se nesse documento a primeira recomendação de instituição de um Conselho

Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), presidido pelo Presidente da República. Nesse mesmo ano acontece o lançamento do Plano de Subsídios para Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego, elaborado pela Comissão para o Plano do Governo (COPAG).

A I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, realizada em Brasília em 1986, resultou na incorporação do adjetivo “nutricional” à noção de segurança alimentar e sugeriu a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional integrado por Conselhos e Sistemas na esfera estadual e na esfera municipal.

Em 1990 é criado o Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), resultante da fusão da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEN) e Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

Em 1992 o Mapa da Fome, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) denuncia a situação de fome de 32 (trinta e dois) milhões de pessoas no Brasil. Esse mapa colocou em evidência a relação entre miséria e fome, o debate ganhou força e sob a liderança do sociólogo Herbert deSousa (Betinho), foi lançada no ano de 1993 a Campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” sob o lema “A fome não pode esperar”.

Ainda em 1993 no Governo de Itamar Franco, através do Decreto nº807, de 22 de abril de 1993, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, que tinha por objetivo elaborar um plano de combate à pobreza e à miséria, tendo como prioridade a geração de emprego e renda, a democratização da terra, o combate à desnutrição materno-infantil, a descentralização e o fortalecimento do PNAE. O primeiro CONSEA/Nacional foi instituído como órgão de consulta e assessoria do Presidente da República, composto por 10 Ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil designados por iniciativa do Presidente da República a partir de indicações do Movimento pela Ética na Política.

A realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar ocorreu entre os dias 27 e 30 de julho de 1994 em Brasília, reunindo cerca de 2.000 (dois mil) delegados(as), que aprovaram o documento intitulado “Declaração em defesa de uma política nacional de segurança alimentar” e articulou duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira refere-se aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e o acesso ao alimento) e a segunda diz respeito à escolha, ao preparo e ao consumo alimentar e sua relação com a saúde e a utilização biológica do alimento. Apesar do trabalho realizado o CONSEA/Nacional foi extinto em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em 1995 foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e houve também a criação do Comitê Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Conselho da Comunidade Solidária para dar continuidade às medidas do extinto CONSEA/Nacional que resultou, porém, em retrocesso desse tema na agenda nacional.

O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) foi extinto em 1997. Já em 1998, foi criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) como desdobramento da mobilização social resultante dos eventos internacionais recentes e com repercussão nas esferas estadual e municipal por meio da criação de Fóruns Estaduais, congregando entidades distribuídas por todas as regiões do país. O Fórum esteve na base

da recriação do CONSEA em 2003. A partir de 2009, passou a ser chamado de Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

Em 1999 houve a aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que representou uma referência para as áreas de segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), na medida em que resistiu como política pública no contexto da saúde, durante os anos em que esses temas não estiveram presentes na agenda do Governo Federal.

No ano de 2001 é lançado o Projeto Fome Zero – uma Política Nacional de Segurança Alimentar para o Brasil – pelo Instituto Cidadania, que foi a base do Programa Fome Zero, instituído pelo primeiro governo do Presidente Lula, e que culminou na criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) localizado na Presidência da República em 2003. Nesse mesmo ano é criado o Programa Bolsa Alimentação pelo Governo Federal.

Em 2003 houve a recriação do CONSEA/Nacional, lançamento da Estratégia Fome Zero e instituição do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A criação do Mesa teve como finalidade coordenar a implantação dos programas e ações de segurança alimentar, articular instituições governamentais, gerir o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e apoiar o funcionamento do CONSEA/Nacional.

O novo CONSEA/Nacional passou a ter uma natureza supraministerial com caráter consultivo à Presidência da República, composto por 17 Ministros de Estados e 42 representantes da sociedade civil e das entidades empresariais, bem como observadores de outros conselhos e de organismos nacionais e internacionais.

Nesse período, iniciou-se o processo de criação de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e num grande número de municípios.

Ainda em 2003 houve a criação do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) e a primeira aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou um conjunto de pesquisas, mediante projeto coordenado pela Universidade de Campinas (UNICAMP), com aplicação da escala para estimar a prevalência de segurança alimentar em várias cidades brasileiras.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ocorreu no ano de 2004, transformando-se o Mesa na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). No mesmo ano houve a realização da II Conferência Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) entre os dias 17 a 20 de março em Olinda, organizada principalmente pelo CONSEA/Nacional, e que gerou importantes desdobramentos em termos de ações e políticas públicas. Contou com a participação de aproximadamente 1.379 delegados(as).

Também acrescentou a visão da soberania alimentar ao conceito da segurança alimentar e nutricional. Houve também a criação do Programa Bolsa Família (PBF) pelo Governo Federal, o lançamento da Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004), financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que foi o primeiro diagnóstico, no Brasil, de segurança e insegurança alimentar com abrangência nacional.

Ressalta-se que a II CNSAN deliberou sobre a agregação do respeito à diversidade cultural, econômica e social. Passando o Brasil a adotar o seguinte conceito:

A SAN consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Artigo 3º, LOSAN/2006)

Esse conceito foi reafirmado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346/2006) que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e que resultou de uma ampla mobilização nacional.

A aprovação da LOSAN representou a consagração, em lei, de uma concepção abrangente e intersetorial da segurança alimentar e nutricional, que inclui o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A realização da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) ocorreu entre os dias 3 a 6 de julho de 2007, intitulada “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” na cidade de Fortaleza, Ceará.

A organização da Conferência foi feita pelo CONSEA/Nacional em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e contou com a participação de 2.100 (dois mil e cem) delegados(as).

Ainda em 2007 houve a criação da Frente Parlamentar Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Congresso Nacional e a publicação do Decreto nº 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) foi instalada

em 2008 como instância do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Outro importante marco legal alcançado pelo Brasil, em 04 de fevereiro de 2010, foi a publicação da Emenda Constitucional nº 64/2010 que incluiu o direito à alimentação nos direitos sociais expressos no Art. 6º da Constituição Federal de 1988.

A LOSAN foi regulamentada pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), definindo diretrizes e objetivos desta Política e dispoendo sobre a sua gestão, mecanismos de financiamento e monitoramento e avaliação, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse decreto determinou à CAISAN/Nacional a responsabilidade pela elaboração e coordenação da PNSAN e do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), com a colaboração do CONSEA.

O I PLANSAN foi publicado em 25 de agosto de 2011 pelo MDS como o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da PNSAN para o período de 2012 a 2015.

Nesta perspectiva, o Município de Miraima cumprindo os critérios que constitui o SISAN/Nacional, em 26 de dezembro de 2006, através da lei nº 467/2014 de 29 de abril de 2014 implanta a LOSAN/Municipal – SISAN com o objetivo de garantir o DHAA.

No Município de Miraima a Política de SAN é desenvolvida pela Secretaria de Agricultura e Meio ambiente com a colaboração das Secretarias: Saúde, Educação e Assistência Social. A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/Municipal foi criada pelo Decreto Municipal 013/2014 de 29 de abril de 2014.

Em 03 de julho de 2014, foi assinado o termo de adesão formal ao SISAN e o termo de compromisso de elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. A formulação e implantação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, assegurando a união das ações do executivo por meio de vários órgãos que desenvolvem ações relativas à política.

Ainda em 14 de maio de 2015, foi realizada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de extrair propostas para a estruturação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em Miraima.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar – CONSEA foi criado pela Lei nº 231/2003 de 10 de dezembro de 2013, tendo sido reformulada através da Lei 367/2010 de 21 de dezembro de 2010. O CONSEA é um órgão consultivo, cuja função é assessorar o

prefeito na formulação e execução da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Lei nº 467/2014 criou e normatizou o SISAN/Municipal. Assim, a Prefeitura Municipal de Miraima, através da SAS, aderiu ao SISAN e assumiu a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN, no período de 01 (um) ano, a contar da data de assinatura do Termo de Adesão ao SISAN.

O SISAN constitui-se de um sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que possibilite a articulação entre as várias instâncias governamentais para a implementação e execução das Políticas de SAN.

No âmbito municipal, em simetria com o SISAN federal e estadual, estão os componentes do SISAN/Municipal, quais sejam:

- I) Conferência Municipal de SAN, que é a instância responsável pela indicação das diretrizes e prioridades da Política e do Plano de SAN ao CONEA e CAISAN/Municipal;
- II- Conselho Municipal de SAN (CONSEA) tem por objetivo assessorar o prefeito municipal de Miraima, bem como realizar a articulação com órgãos e entidades de SAN;
- III) Câmara Intersetorial de SAN (CAISAN/Municipal) tem como missão promover a articulação e a integração entre os órgãos e entidades da administração pública municipal de Miraima afetos à política de SAN, bem como elaborar, revisar e coordenar a Política e o Plano de SAN.

Além de monitorar as ações e metas do PLAMSAN, junto com o CONSEA.

De acordo com o Plano Nacional de SAN iremos abordar as sete dimensões de análise estabelecidas pelo Decreto nº 7.272/2010:

- I-Produção de alimentos;
- II-Disponibilidade de alimentos;
- III) renda e condição de vida;
- IV) acesso à alimentação adequada e saudável;
- V) saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;
- VI) educação;
- VII) programas e ações relacionadas à SAN.

Ressalta-se ainda que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- PLAMSAN em respeito às orientações da CAISAN Nacional, Estadual e Municipal deve identificar diretrizes, objetivos, estratégias, programas, ações e metas a serem implementados para os próximos 04 anos, bem como o monitoramento e avaliação do referido Plano.

I-Produção de alimentos em Miraima

A análise de dados a Produção Agrícola Municipal, de 2010(IBGE), mostra que a produção de alimentos em Miraima é extremamente pequena no que se refere à diversidade e a quantidade de alimentos produzidos. A produção resume-se apenas a 02 (dois) grãos (arroz e feijão).

Segundos dados IBGE(2010) o município possuía 0,23% de sua área plantada com a seguinte produção agrícola:Produção Agrícola:268,17 mil, Plantada 2.565,Colhida:3062 ha, apresenta também o valor de Produção Permanente 5,02 e ,tempoaria263,16. Com relação a produção agrícola plantada a nível municipal e Nacional apresentou os seguintes dados:Produtividade agrícola área plantada:104,55 ha municipale nacional:1.055,50 ha Com relação as areas plantadas e tipos o municipio apresentou: milho 1.208, 49,49,feijoa 1498,49,16, com relação as outras produções tiveram os seguintes resultados:banana 2740 há,feijao 156,66,algodao 23,33,mandioca ,0,00.

II-Disponibilidade de Alimentos

Conforme apresentado no item acima, a produção de alimentos em Miraima é extremamente pequena. Vale salientar que90% das hortaliças consumidas no Município de Miraíma são oriundas de outros Municípios.

Outro destaque enquanto a disponibilização de alimentos e insignificante a comercialização de alimentos.

A baixa produção de alimentos fazem com que os preços se elevem e contribui para a evasão de divisas, conseqüentemente diminui a geração de renda e as oportunidades de trabalho na agricultura no município de Miraima.

Quantidade produzida de arroz (Ton)	0	2013
Quantidade produzida de feijão (Ton)	967	2013
Quantidade produzida de milho (Ton)	966	2013
Quantidade produzida de trigo (Ton)	0	2013
Quantidade produzida de café (Ton)		

Fonte: MDA/2013

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa	0	09/2015
--	---	---------

Verde		
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	352	10/2015

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)		
Total de Agricultores fornecedores no PAA Municipal	0	2015
Total de Entidades Beneficiadas no PAA Municipal	0	2015
Total de Atendimentos no PAA Municipal ▼	0	2015
Total de Agricultores fornecedores no PAA Estadual	0	2015
Total de Entidades Beneficiadas no PAA Estadual	0	2015
Total de Atendimentos no PAA Estadual ▼	0	2015
Total de Agricultores fornecedores no PAA Conab/MDS	0	2015
Total de Entidades Beneficiadas no PAA Conab/MDS	0	2015
Total de Atendimentos no PAA Conab/MDS ▼	0	2015
*Total de Agricultores Fornecedores do PAA Conab/MDA ▼	0	2015
*Total de Agricultores Fornecedores do PAA Leite ▼	0	2015

Fonte:MDA/2015(Janeiro/março/2015)

Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)	3.182	10/2015
Total de famílias beneficiárias do PBF ▼	1.955	11/2015
Estimativa de famílias quilombolas ▼	-	-
Famílias quilombolas cadastradas ▼	0	09/2015

Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	09/2015
Estimativa de famílias indígenas	-	-
Famílias indígenas cadastradas	0	09/2015
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	09/2015
Quantidade de beneficiários do BPC Idosos	19	05/2015
Quantidade de beneficiários do BPC Pessoas com deficiência	127	05/2015

III- Renda e condição de vida

Um dos pressupostos da SAN é a manutenção do poder de compra suficiente para se adquirir alimentos em quantidade e qualidade adequadas, bem como a possibilidade de reduzir os gastos com alimentação na renda familiar.

E esta condição depende de ações que possam promover a elevação da renda e sua distribuição de forma equitativa. Assim, percebe-se que a questão da equidade social mantém uma estreita relação com a questão alimentar, não sendo possível tratar isoladamente os vários aspectos envolvidos em um e outro tema.

Dessa forma, entende-se que, da mesma maneira que a renda monetária e o enfrentamento da pobreza contribuem para a SAN, também é fato que as formas sociais de organização da produção dos alimentos e as condições em que se dá o acesso a estes bens são igualmente determinantes da equidade social.

A dimensão *renda e condições de vida da população* reúne um conjunto de variáveis que proporcionam uma visão da situação atual do Município de Miraima, relacionando os resultados locais com os números encontrados para o Brasil, para a Região Nordeste e o Estado do Ceará.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2012 para a variável *rendimento médio mensal total domiciliar per capita nominal* o valor detectado para o país foi de R\$ 845,77, sendo importante lembrar que as regiões com maior rendimento (Sudeste, Centro-Oeste e Sul) ainda mantêm grande diferença em relação às duas mais pobres (Nordeste e Norte): dentre as cinco regiões, cabe ao Centro-Oeste a maior renda média domiciliar (R\$ 1.099,80), que representa quase duas vezes o valor encontrado para o Nordeste (R\$ 591,84), região com o rendimento mais baixo.

Por sua vez, o Município de Miraima apresentou uma renda média domiciliar e de R\$ 187,20 (Cento e oitenta e sete reais e vinte centavos).

IV-Acesso a alimentação adequada e saudável

Para implementar políticas públicas de combate à INSAN faz-se necessário identificar os domicílios que sofrem com esta situação. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em seu suplemento alimentar, o IBGE utiliza a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para identificar e classificar os domicílios de acordo com o grau de segurança alimentar.

A escala brasileira é uma versão adaptada da produzida pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos durante a década de 1990 e vem se tornando uma ferramenta auxiliar do combate à fome no Brasil.

Vale-nos salientar que as condições alimentares no município de Miraima é moderada, tendo em vista que os habitantes tem acesso a alimentação adequada, embora o difícil acesso de água para o consumo humano e alimentos da agroecologia sente-se a necessidade de alimentos saudáveis ao consumo da população.

Aqui faz-se necessário expor o conceito de SAN o mesmo definido pela LOSAN: A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Artigo 3º, LOSAN/2006).

Cisternas		
Quantidade de Cisternas entregues pelo MDS e outros executores - Água para Consumo	412	09/2015
Quantidade de Cisternas entregues pelo MDS e outros executores - Água para Produção	270	09/2015

Banco de Alimentos		
Banco de Alimentos em funcionamento 	-	09/2015

Banco de Alimentos em instalação ▼	-	09/2015
Banco de Alimentos paralisado ▼	-	09/2015
Instituições atendidas por mês - Banco de Alimentos ▼	-	09/2015
Alimentos distribuídos por mês - Banco de Alimentos ▼	-	09/2015
Recurso investido pelo MDS em Banco de Alimentos ▼	-	09/2015

Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar		
Unidade de Distribuição da agricultura familiar em funcionamento ▼	1	09/2015
Unidade de Distribuição da agricultura familiar em instalação ▼	-	09/2015
Recurso investido pelo MDS em Unidade de Distribuição da agricultura familiar ▼	47.312	09/2015

Restaurantes Populares		
Nº de unidades de Restaurantes Populares em funcionamento ▼	-	09/2015
Nº de unidades de Restaurantes Populares em instalação ▼	-	09/2015
Restaurante Popular paralisado ▼	-	09/2015
Refeições servidas por mês - Restaurante Popular ▼	-	09/2015
Valor total investido pelo MDS em Restaurantes Populares ▼	-	09/2015

Cozinhas Comunitárias		
Cozinha Comunitária em funcionamento 📌	-	09/2015
Cozinha Comunitária em instalação 📌	-	09/2015
Cozinha Comunitária paralisada 📌	-	09/2015
Refeições servidas por mês - Cozinha Comunitária 📌	-	09/2015
Recurso investido pelo MDS em Cozinha Comunitária 📌	-	09/2015

V-Saúde, nutrição, e acesso a serviços relacionados,

A dimensão da saúde e nutrição está diretamente vinculada a uma alimentação adequada e à qualidade dos alimentos consumidos, garantida pelo acesso a produtos de boa qualidade nutricional e que sejam isentos de componentes químicos que possam prejudicar a saúde humana.

A tendência recente do padrão alimentar implica no consumo de uma grande quantidade de gordura animal, proteína, sal e açúcar e na carência de fibras, vitaminas, minerais, carboidratos complexos e óleos vegetais. Inúmeras doenças podem ser atribuídas, em parte, ao tipo de regime alimentar adotado, a exemplo da obesidade, com as populações mais pobres ficando suscetíveis não só ao problema da fome (do não acesso à alimentação), como também à presença dessas doenças diretamente relacionadas à qualidade dos alimentos consumidos.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) é constituído de um conjunto de ações voltadas para o monitoramento do estado nutricional da população e das tendências observadas nesta área da saúde e nutrição.

O SISVAN faz parte do Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB/DATASUS) e reúne informações importantes sobre crianças menores de cinco anos, fase da vida em que a vulnerabilidade nutricional é maior, bem como de sobrepeso e obesidade para os indivíduos maiores de 18 anos.

Peso e altura por idade são os indicadores que melhor expressam a qualidade de vida da população infantil e o efeito de condições adversas sobre o desenvolvimento da criança.

No Brasil (2012), o percentual de crianças que participaram do levantamento classificadas com *peso muito baixo* é de 1,25% e, com *baixo peso* é de 2,33%, enquanto no Nordeste

esse mesmo percentual é de 1,23% e 2,50% respectivamente, em Miraima, essas taxas são o dobro tanto da nacional quanto da região Nordeste *peso muito baixo* é de 2,96% e *baixo peso* é de 5,62%. os índices de baixo peso e baixa estatura das crianças atendidas no serviço local de saúde.

Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição (%)	84,62%	2013
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de poço artesiano (%)	0%	2013
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de cacimba (%)	23,08%	2013
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de rio (%)	0%	2013
Percentual de escolas do ensino básico com pelo menos um dos tipos de abastecimento de água (%)	100,00%	2013

VI-Educação

A educação tem forte relação com os fatores determinantes da SAN e da INSAN. Por isso, não se pode pensar em situação de SAN sem levar em conta a educação, uma vez que essas situações estão ligadas à produção, distribuição, aquisição e manipulação de alimentos, bem como pelo grau educacional da população e à informação que a mesma detém sobre o tema. A seguir, são apresentados alguns dos seus principais indicadores.

Em 2013, o município fez adesão para oferecer educação em tempo integral em 10 escolas do ensino fundamental, sendo 98% com mais da metade dos seus alunos no Programa Bolsa Família.

Com a implantação do Programa Bolsa Família, no que se refere à condicionalidade da Educação, Miraima vem conseguindo ultrapassar a meta estabelecida de acompanhamento escolar que é de 6 a 15 anos - 95% e 16 a 17 anos - 85% (MDS, 2014).

VII-Programas e ações relacionadas a SAN

O Governo Municipal de Miraima apresenta um número considerável de programas e ações relacionados a SAN, quais sejam:

a)PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica - educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos – especificamente no município atende PNAC – PNAP – PNAE – JOVENS E ADULTOS – EJA, matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

O PNAE visa garantir o direito humano a uma alimentação adequada e saudável durante o período letivo, com o uso de alimentos variados e seguros que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, através da inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo, bem como a universalidade do atendimento aos alunos da rede pública de educação básica.

A proposta é atender as necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos alunos, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios para cada aluno cobre 200 dias letivos e é definido de acordo com a etapa de ensino, atendendo a 3.856 alunos na rede municipal de ensino de Miraima.

b)PROGRAMA AGRICULTURA FAMILIAR-PAA

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, pelo menos trinta por cento (30%) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. (Lei 11.947 16 de Junho de 2009 Art. 14) .O município de Miraima, atualmente(2015) atendeu 200 famílias com apoio aos seus empreendimentos familiares.

c)PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Atende os alunos do ensino fundamental das escolas que aderiram beneficiando-os para a permanência nas escolas em período integral: em um turno os escolares recebem o conteúdo no ensino regular; ao contra turno participam de atividades optativas nas áreas pedagógica, de meio ambiente esporte e lazer, prevenção e promoção da saúde e educação científica e econômica. Nesse período de permanência na escola o aluno recebe três refeições atendendo a 2.856 alunos na rede de ensino de Miraima.

d)PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF

Os desafios da agricultura familiar para atender a demanda por alimentos saudáveis e em quantidade são muitos, a começar pela renda. Sem uma renda que garanta vida digna, as famílias continuarão abandonando o meio rural. A insuficiência de investimentos em infraestrutura produtiva, de beneficiamento, armazenamento, transportes e preços remuneradores, bem como o acesso a políticas públicas de cunho social como saúde, educação, previdência social e transporte públicos, são fatores decisivos para a permanência das pessoas no campo.

Por outro lado, é necessário aprofundar conhecimentos sobre sistemas de produção que proporcionem melhoria contínua das condições de vida de agricultores familiares garantindo renda e sustentabilidade ambiental, de modo que todas as potencialidades do estabelecimento de produção possam ser aproveitadas sem prejuízos à natureza. Resultados que somente serão alcançados se as famílias estiverem organizadas estrategicamente. É estratégico que a agricultura familiar adote como prioridade a luta pelo direito de produzir alimentos saudáveis de modo sustentável, como forma de garantir a soberania e segurança alimentar da população e a preservação ambiental. Através de investimentos para agricultura familiar, por meio de Programas como: PRONAF Garantia Safra, Programa Aquisição de Alimentos PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, Bolsa Estiagem dentre outros.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

Tem por objetivo, disponibilizar crédito, seja ele para custeio da safra, ou atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos, ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Possui ainda as seguintes linhas de crédito: Pronaf Agroindústria, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Cota-Parte, Microcrédito Rural e Pronaf Mais Alimentos.

Em Miraima o Programa Nacional da Agricultura Familiar é muito utilizado pelos Agricultores e Agricultoras Familiares e Assentados da Reforma Agrária. Através do Banco do Nordeste via projetistas credenciados pelo banco, em parceria com o Sindicato, são inúmeros os beneficiários do Pronaf. As linhas mais procuradas são: Pronaf Agroindústria, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem e Microcrédito Rural. Vale ressaltar que em Miraima o PRONAF atende 230 famílias.

e)PROGRAMA GARANTIA SAFRA

É uma ação do Pronaf para agricultores familiares que se encontram em municípios sistematicamente sujeitos a perdas de safra devido à seca ou ao excesso de chuvas. Os agricultores que aderirem ao Garantia-Safra (GS) nos municípios em que forem verificadas perdas de, pelo menos, 50% do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, ou outras culturas definidas pelo órgão gestor do Fundo Garantia-Safra, receberão o benefício Garantia-Safra diretamente do governo federal.

Constituem recursos do Fundo Garantia Safra, a contribuição individual do agricultor familiar, as contribuições anuais dos estados e seus Municípios que aderirem ao Programa, os recursos da União e o resultado das aplicações financeiras de seus recursos.

O programa tem por objetivo, atender agricultores familiares que produzem arroz, algodão, feijão, mandioca e milho no semiárido brasileiro, assegurando ao agricultor familiar com renda de até 1,5 salário mínimo por mês, renda de 850 reais pagos em cinco parcelas, em caso de secas ou enchentes que causem a perda de pelo menos 50% da produção do município. Em Miraima são atendidas 1.049, famílias em que a situação de perdas de suas lavouras são constantes devido a quadra de estiagem.

f)PROJETO HORA DE PLANTAR

A distribuição de sementes e mudas, do Projeto Hora de Plantar, coordenado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Miraima, executado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, com o consequente plantio pelos agricultores (as) familiares, tem contribuído, ao longo de muitos anos, com incrementos significativos da produtividade agrícola, do aumento de renda e garantia de segurança alimentar de inúmeros cearenses.

Fortalecer a agricultura familiar utilizando sementes e mudas de elevado potencial genético que propiciem o aumento da produtividade das culturas e melhorem o nível de renda dos/as agricultores/as familiares, constitui o objetivo. Seu público alvo são os agricultores (as) familiares cadastrados no projeto. O Programa hora de plantar atende 900 famílias, sem que não é suficiente a meta, pois não temos condições de atender a todas que necessitam do Programa.

g)PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA – PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado pelo governo Lula em 2007, prevê investimentos da ordem de 503,9 bilhões de reais até o ano de 2010. Anunciou uma série de medidas cujo principal objetivo é favorecer a implementação dos projetos. Em 2009, foi garantido um aporte do governo federal de 142 bilhões de reais para as obras do

PAC. Estes recursos extras foram usados para gerar mais empregos no país, diminuindo o impacto da crise mundial na economia brasileira. Em 2011 foi lançada o PAC 2, segunda fase do programa pelo governo Dilma, com os mesmos objetivos do anterior, teve aporte de novos recursos, aumentando a parceria com estados e municípios, com um investimento da ordem de R\$ 955 bilhões.

O programa consolidou uma nova forma de realizar grandes empreendimentos, na qual promove a parceria entre governo federal, estados e municípios e com a iniciativa privada. Como parte deste Brasil, o município de Miraima, também foi beneficiado, além de algumas obras, recebeu veículos e máquinas de grande porte que são utilizadas para o desenvolvimento municipal.

h)PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA RURAL– Programa Nacional de Habitação Rural

O Programa Nacional de Habitação Rural foi criado no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida e tem como objetivo subsidiar a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais. São concedidas diretamente às pessoas físicas, trabalhadores rurais ou agricultores familiares, organizadas sob a forma coletiva, por uma Entidade Organizadora (EO), desde que com renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15.000,00, considerado o valor total da renda indicada na DAP.

São também beneficiários do Programa e se enquadram como Agricultores Familiares: pescadores artesanais, extrativistas, silvícolas, agricultores, arvicultores, piscicultores, ribeirinhos, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

Até bem pouco tempo, casa própria no Brasil era um sonho distante. Os últimos governos tornaram esse sonho realidade. O Programa Minha Casa, Minha Vida é considerado, hoje, um exemplo para o mundo pela Organização das Nações Unidas. O Programa já contratou mais de 3 milhões de casas e apartamentos em todo o país. Desse número, metade já foi entregue, isso significa que cerca de 6 (seis) milhões de brasileiros e brasileiras têm moradia digna no Brasil. Em Miraima, foram atendidas 100 famílias, mas que precisa ser atendidaa demanda.

i)OPERAÇÃO CARRO PIPA

A Operação distribui água potável por meio de Carro Pipa para a população situada nas regiões afetadas pela seca ou estiagem, especialmente no Semiárido nordestino e norte de Minas Gerais. A ação é uma parceria do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, com o Exército Brasileiro.

A execução do programa, incluindo contratação, seleção, fiscalização e pagamento dos pipeiros, é de responsabilidade do Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro (Coter) .

A solicitação de atendimento pela Operação Carro-pipa é feita diretamente à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração. A demanda é encaminhada ao Exército, que faz uma avaliação técnica em conjunto com a prefeitura municipal através da Defesa Civil de Miraima. Constatada a necessidade, a solicitação é incluída na operação e passa a receber água por meio dos carros-pipa contratados pelo Governo Federal. A operação carro Pipa em Miraima vem atendendo cerca de 8.000 famílias.

j)PROGRAMA CISTERNAS DE PLACA – 1ª ÁGUA

Programa Cisternas - Tecnologia Social de acesso à água. Conjunto de técnicas e métodos aplicados para a captação, uso e gestão da água a partir da interação entre conhecimento local e técnico, apropriados e implantados com a participação da comunidade. Tem por objetivo, garantir o acesso à água potável, às populações rurais de baixa renda no Semiárido, a partir do armazenamento de água em cisternas para Famílias sem acesso a sistemas de abastecimento de água, dispersas no território. Foram construídas em Miraima 2.500 cisternas favorecendo as famílias com local apropriado para o armazenamento de água.

l)PROJETO CISTERNA DE PLACA - 2ª ÁGUA

Tem objetivo semelhante ao Programa Cisterna 1ª Água, ampliando as condições de captação, armazenamento e utilização da água na produção para o autoconsumo. Faz parte do Programa, a construção de cisternas: Calçadão, Enxurrada, Barreiro Trincheira e Barragem Subterrânea. Também ligados a este estão os Quintais Produtivos.

Tem por objetivos: mobilizar as famílias e comunidades selecionadas para serem corresponsáveis pela implementação do projeto; proporcionar o acesso descentralizado à água para produção de alimentos de origem vegetal às famílias que já têm acesso à primeira água através da captação e armazenamento da água da chuva em cisternas do tipo enxurrada; implantar um sistema simplificado de irrigação para melhor gestão da água captada; proporcionar o processo participativo e formativo, permitindo que as famílias beneficiadas se envolvam na implementação da tecnologia e sejam capacitadas para gerir recursos hídricos para poderem realizar o controle social do projeto; valorizar as experiências de inovação tecnológica de agricultores e agricultoras; possibilitar a troca de conhecimentos entre agricultores e agricultoras através de intercâmbios; melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras da região semiárida, especialmente crianças,

mulheres e idosos;. fortalecer as organizações da sociedade civil envolvidas na execução do projeto, visando garantir as condições necessárias ao desenvolvimento satisfatório do projeto; capacitação na educação e compreensão dos conceitos e práticas de convivência com o semiárido e a participação nas políticas públicas e gerar renda monetária e não monetária, de origem agrícola e não agrícola às famílias agricultoras do Semiárido brasileiro envolvidas diretamente no projeto de produção de alimentos e no manejo do sistema simplificado de irrigação.

O público alvo são os agricultores familiares que sejam enquadrados nos critérios de elegibilidade do programa Bolsa Família, do Governo Federal, que não dispõem de água para produção e que disponham de água para o consumo humano (possuam cisternas de 1ª água). As prioridades são as comunidades indígenas, os assentamentos de reforma agrária estadual e as comunidades quilombolas. Ao todo em Miraima foram atendidas 500 famílias , com o armazenamento de água para o consumo humano.

m)PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS

Embora seja de abrangência nacional, o Programa Água para Todos, iniciou-se no Semiárido da Região Nordeste e do norte de Minas Gerais, e tem priorizado essas áreas, onde se concentram o maior número de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Essa população tem sido atendida, especialmente, com as seguintes tecnologias: cisternas de consumo, de placas ou de polietileno, à razão de uma por família; sistemas coletivos de abastecimento, kits de irrigação e barreiros (pequenas barragens), dentre outros, para atendimento das comunidades.

Tem por objetivos, elevar a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza, e ampliação do acesso dessa população aos serviços públicos e a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva; promover a universalização do acesso à água em territórios rurais, tanto para consumo humano quanto para a produção agrícola e alimentar, com prioridade de atendimento as famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, inscritas no Cadastro Social Único (CadÚnico) do governo federal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No Plano Plurianual 2012-2015, os objetivos e metas do Programa Água para Todos estão associados ao Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional. Estao sendo atendidas 120 famílias, o que favorece o abastecimento de água.

n)PROGRAMA DE VENDA EM BALCÃO DE MILHO DA CONAB

Desburocratização do processo de liberação do milho subsidiado pela CONAB para a Agricultura Familiar e Aumento da Cota de Milho do município, a fim de atender aos

pequenos agricultores, sem prejuízos aos demais.

O Programa de Venda em Balcão, objetiva viabilizar o acesso dos criadores e das agroindústrias de pequeno porte, por meio da venda direta dos estoques públicos. Essa atividade é de fundamental importância para o setor agropecuário, principalmente, nos anos em que ocorrem problemas climáticos adversos. Distribuição de Alimentos: Trata-se de uma ação governamental integrada que visa garantir, de forma regular, um composto alimentar a grupos populacionais específicos em situação de vulnerabilidade social. O atendimento as famílias de Miraima não está ocorrendo de forma satisfatória pois estão sendo atendidas somente, 80 famílias, quando temos um universo de muitas famílias que necessitam do referido programa.

o) TRANSFERÊNCIA DE RENDA/PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O processo de implantação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil iniciou-se em 1995. Em 2004, a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) determinou o aumento significativo dos investimentos em políticas de proteção, assistência e desenvolvimento social, que se traduz em programas de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, assistência social e inclusão produtiva.

Os programas de transferência de renda orientam-se pela perspectiva de contribuir para a inclusão social das famílias pobres e extremamente pobres. Considera-se aqui, como política estruturante, que inclusive demanda a expansão e a democratização de serviços sociais.

p) PROGRAMA FEIRA POPULAR DA AGRICULTURA FAMILIAR

Consiste num equipamento público de abastecimento local que busca a inclusão social por meio da geração de renda, através da comercialização direta dos produtos da agricultura familiar e resgate da culinária local. Esta ação integra a Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Feira ocorre aos sábados e as sextas-feiras contamos com uma barraca nas dependências do Restaurante Popular para atender aos usuários. Atualmente o município de Miraima, atende um total de 200 famílias.

q) SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISVAN

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, é conduzido pelo Ministério da Saúde. É um instrumento composto por uma série de indicadores de consumo, antropométricos e bioquímicos, com o objetivo de avaliar e monitorar o estado nutricional e alimentar da população de forma geral. Este programa uma vez adotado contribui para a

melhoria do perfil de saúde nutrição do país. Em Miraima, o SISVAN está funcionando e atende as famílias atendidas através dos PSFs.

r)PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO DE FERRO E DE VITAMINA A

Devido aos graves casos de anemia no Brasil, foi visto a necessidade de desenvolver um programa de suplementação de Ferro, considerando a relevância do problema a Política Nacional de Alimentação e Nutrição estabelece ações de prevenção e controle de anemia por deficiência de Ferro no âmbito do SUS: o Programa Nacional de Suplementação de Ferro – PNSF, que consiste na suplementação de ferro em doses profiláticas, a fortificação dos alimentos preparados para as crianças com micronutrientes em pó (NUTRISUS) e a promoção da alimentação adequada e saudável para aumento do consumo de alimentos fontes de ferro.

O Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A foi instituído por meio da Portaria nº 729, de 13 de maio de 2005, cujo objetivo é reduzir e controlar a deficiência nutricional de vitamina A em crianças de 6 a 59 meses de idade e puérperas no pós-parto imediato (antes da alta hospitalar), o programa é administrado nas UBS e por campanhas nas creches do município. Atualmente o município de Miraima atende a 800 pessoas.

s)ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

A Estratégia Saúde da Família (ESF) visa à reorganização da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, e é tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

Em Miraima conta com 05 equipes de saúde da família, com abrangência na zona urbana e rural, as equipes contam com um médico, um ou dois enfermeiros, auxiliares de enfermagem e os agentes comunitários.

f)VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Vigilância Alimentar e Nutricional é um valioso instrumento de apoio às ações de promoção da saúde que o Ministério da Saúde recomenda que seja adotado pelos profissionais da área e pelos gestores do Sistema Único de Saúde – SUS, visando o aumento da qualidade da assistência à população. Valorizar a avaliação do estado nutricional é atitude essencial ao aperfeiçoamento da assistência e da promoção à saúde.

O NutriSUS foi lançado oficialmente em março de 2015, pelo Ministério da Saúde, a

estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSUS consiste na adição direta de nutrientes à alimentação oferecida às crianças de 6 meses a 3 anos e 11 meses em creches, tem o objetivo de potencializar o pleno desenvolvimento infantil, a prevenção e o controle da anemia e outras carências nutricionais específicas na infância. Todas as escolas/creches do município aderiram e fazem uso da suplementação.

g) PROJETO FOME ZERO

O Projeto Fome Zero partiu do pressuposto de que todas as pessoas devem ter acesso diário, e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde. A garantia desse direito é condição para se alcançar a cidadania e para que uma nação possa ser considerada civilizada.

No município de Miraima, temos a distribuição de leite bovino visando a recuperação do estado nutricional de crianças desnutridas, idosos, gestantes e nutrizes, sendo entregue semanalmente 7 litros de leite por beneficiário.

h) PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE

O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Na esfera da saúde, as práticas das equipes de Saúde da Família, incluem prevenção, promoção, recuperação e manutenção da saúde dos indivíduos e coletivos humanos.

O Projeto Municipal delimita os territórios de responsabilidade, definidos segundo a área de abrangência das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e define o conjunto de escolas integrantes de cada território. São atendidos um total de 1250 adolescentes.

CAPITULO IV–DIRETRIZES DO PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MIRAIMA

As diretrizes do Plano Municipal de SAN – PMSAN foram elaboradas com base nas diretrizes do Plano Nacional de SAN, descritas no Decreto nº7.272/2010; nas recomendações da II Conferência Municipal de SAN de Miraima, quais sejam:

DIRETRIZ 1 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada esaudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

DIRETRIZ 2 –Implantação, ampliação e consolidação dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

DIRETRIZ 3 - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

DIRETRIZ 4 –Fortalecimento da agricultura familiar.

DIRETRIZ 5 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.

DIRETRIZ 6 - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada

Quadro de Ação

A elaboração do Quadro de Ações foi construída conjuntamente com o CONSEA, CAISAN/municipal, SAS, Saúde, Educação, Agricultura e Meio ambiente, em uma oficina, onde se utilizou metodologia de trabalho de grupo que teve por objetivo analisar e propor com base no Painel apresentado, “Contextualização da Política de SAN de Miraima e o Papel do Controle Social”,

As diretrizes do SISAN/Municipal para elaboração do Plano Municipal de SAN, reconhecendo a responsabilidade de cada ente federado. Os trabalhos foram desdobrados nos quatro eixos, assim discriminados:

Eixo 1 – Educação Alimentar e Nutricional

Eixo 2 – Geração de trabalho e Renda

Eixo 3 – Produção, Comercialização e Distribuição de Alimentos

Eixo 4 – Fortalecimento do SISAN

Diretrizes:

I - Promoção da união dos diversos setores e articulação, em regime de colaboração, entre os diversos setores legalmente existentes;

II- Descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre os diversos setores legalmente existentes;

III – Conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia ao acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;

IV- Articulação entre orçamento e gestão;

V – Estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação de recursos humanos ;

VI – Promoção de ações que visem o desenvolvimento educacional em segurança alimentar e nutricional.

EIXO 01-Educativo/Educação Alimentar e Nutricional-ENAN						
Objetivo: Estruturar e integrar as ações de Educação alimentar e Nutricional na rede de saúde,educação,Assistencia Social de modo a estimular a autonomiados sujeitos para a produção de pratica de alimentares adequáveis e saudaveis						
Ação	Objetivo	Meta	Atividades	Responsav eis	Parceir os	Prazo
Aproveitame nto integral dos alimentos na alimentação escolar	1-Diminuir o desperdício e ofertar alimentos mais saudáveis e nutritivos	1.1-Capacitar 100%b das merendeiras da rede municipal de ensino de Miraima	1-Cursos e oficinas de aproveitamento dos alimentos, boas praticas de manipulação e fabricação de alimentos	SME	CONSE A CAISA N	Permanente
			2-Acompanhar a oferta de alimentação nas escolas publicas municipais .	SME	CONSE A/CAE	permanente
2- Alimentação saudável e cuidados ao idoso	2-Promover saúde e qualidade de vida saudável no envelhecimen to	2.1-Capacitar 100 cuidadores de idoso/ano	2.1-Mobilizar e inscrever os alunos para o curso de cuidadores de idosos	SAS	CONSE A/CMD I	Permanente
			2.2-Ampliar a oferta do curso de para no mínimo uma turma de 40 alunos .	SAS	CONSE A CAISA N	Permanente
			2.3-Divulgar a realização dos Cursos	SAS	CONSE A/CAIS AN	Permanente
			2.4-Criar mecanismo de monitoramento e avaliação	SAS	CONSE A/CAIS AN	permanente
3-Incluir no projeto político pedagógico de forma transversal ações de ENAN nas escolas publicas municipais	3- Desenvolver a ENAM na comunidade escolar	3-atingir 100% das escolas municipais	3.1-Formação para o Conselho de Alimentação Escolar e a comunidade escolar	SME	SME	Permanente

4-Realizar campanhas educativas para difusão de informações e orientações e estímulo a adoção de práticas e escolhas alimentares saudáveis pela população respeitando a diversidade local	4-Assegurar processos permanentes de ENAN	4-Promover 100% de campanhas	4.1-Produção e distribuição de anualmente de material educativo (folder, cartilhas, planfletos, cartaz sobre o Tema(ENAN)	SME	SME	permanente
			4.2-Promover eventos educativos e formativos sobre ENAN, SAN e outros temas (Vitamina A para crianças de 01 anos a 04 anos, obesidade, hipertensão, diabetes e outros	SME	SME, C ONSEA CAISA N	Permanente
5-Promover processos de formação permanente para os profissionais que atuam com componentes alimentação e nutrição em políticas públicas com destaque para os que atuam nos programas socioassistenciais	5-Ampliar os conhecimentos sobre alimentação saudável e de qualidade com vistas a garantir o valor nutricional dos alimentos ofertados aos usuários .	5-capacitar 100% dos equipamentos da rede socioassistencial	5.1-Formação de multiplicadores de SAN e ENAN no âmbito da rede socioassistencial	SME	SME/C ONSEA CAISA N	Permanente
			5.2-Realizar atividades de ENAN em unidades da rede SUAS	SME	SME/C ONSEA /CAISA N	Permanente

6-Realizar ações educativas sobre educação saudável nas Unidades Básicas de Saúde	6-Conhecer e disseminar a importância da alimentação saudável na prevenção de doenças	6-Atingir 100% das Unidades Básicas de Saúde	6.1-Realizar palestras educativas e oficinas com os técnicos e usuários das Unidades Básicas de Saúde	SMS	SME/SMS CONSE A CAISA N	Permanente
7-Realizar palestras, oficinas, rodas de conversas e teatros educativos com os educandos nas escolas públicas sobre alimentação saudável.	7-Conhecer o Consumo de alimentar e o estado nutricional dos educandos	7-Realizar 2000 atendimentos individualizados dos educandos com meta anual de 500 atendimentos ano.	7.1-Realizar teatros de fantoches, nas escolas públicas municipais	SMS	SME/SMS CONSE A CAISA N	Permanente
			7.2 Promover palestras, oficinas, rodas de conversas nas escolas municipais	SME	SME/SMS CAISA N CONSE A	Permanente
8-Acompanhamento antropométrico e de alunos	8-Conhecer o Consumo de alimentar e o estado nutricional dos educandos	8-Realizar 2000 atendimentos individualizados dos educandos com meta anual de 500 atendimentos ano.	8.1-Avaliação antropométrica e de consumo alimentar	SMS	SME/SMS CAISA N CONSE A	Permanente
9-Implantar o Programa NutriSUS de alimentação infantil	9-Fornecer as crianças até 03 anos e 11 meses micronutrientes necessários para o seu pleno desenvolvimento	9-Atender a 100% das crianças que se encontram em situação de segurança alimentar	9-Ofertar os nutrientes as crianças	SMS	SMS/C ONSEA CAISA N	Permanente

10-Avaliação antropométrica para os servidores da rede municipal	10-Melhorar o estado nutricional dos servidores da rede municipal visando a melhoria da qualidade de vida e a produtividade no trabalho	10-Atingir 100% dos servidores da rede municipal	10.1- Aferição de pressão	SMS	SMs/C AISA/C ONSEA	Permanente
			10.2-Orientação Nutricional	SMS	SMs/C AISA/C ONSEA	Permanente
			10.3-Encaminhamentos para acompanhamento nutricional em casos específicos	SMS	SMs/C AISA/C ONSEA	Permanente
			10.4-palestras educativas com foco no diagnóstico encontrado	SMS	SMs/C AISA/C ONSEA	Permanente

EIXO 02-Geração de Trabalho e Renda

Objetivo: Promover a melhoria das condições socioeconômicas e de acesso a alimentação e nutrição com prioridades as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar.

Ação	Objetivo	Meta	Atividades	Responsáveis	Parceiros	Prazo
1-Estimular e fortalecer as organizações de empreendedorismo solidário com vista ao empreendedorismo de geração de emprego e renda	1-Contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social de Miraima	1-Apoiar as feiras de economia solidaria	1.1-mapear os diâmetros e organizações econômicas solidarias existentes em Miraima	Sec.Agricultura	SMA/SAS/CONSEA/CAISAN	Permanente
		2-Capacitar 100 pessoas sobre associativismo e cooperativismo em economia solidaria	1.2-Realizar cursos ,oficinas sobre economia solidaria , cooperativismo, associativismo	Sec.Agricultura	SMA/SAS/CONSEA/CAISAN	Permanente
			1.3- Realizar feiras de economia solidaria	Sec.Agricultura	SMA/SAS/CONSEA/CAISAN	Permanente
2-Realizar Capacitações em EAN e SAN para as famílias em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar	2-Ampliar as condições de acesso ao conhecimento sobre ENAN/SAN	2-Capacitar 10 pessoas em EAN e SAN	2-Realizar oficinas, cursos e seminários , foruns sobre EAN,SAN observando o publico alvo os trabalhadores	SMS/SAS/SME	SMS/SME/SAS/CONSEA/CAISAN	Permanente
		2.1-Realizar 01 Forum sobre SAN	2.1-Realizar 01 forum	SMS/SAS/SME	SMS/SME/SAS/CONSEA/CAISAN	Permanente

3-garantir espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar e empreendedores econômicos e solidários	3.1- Possibilitar a comercialização dos produtos	3.1- Adequar o mercado público para venda de alimentos da agricultura familiar	3.1- Ampliar o mercado e feiras livres na sede e distritos	SMA	SMA/CONSEA/CAISAN	Longo Prazo
	3.2-Melhoria na qualidade dos alimentos comercializados	3.2-Construir um mercado público em cada distrito	3.2-Capacitar os feirantes sobre higiene e manipulação de alimentos e segurança alimentar	SMA	SMA/CONSEA/CAISAN	Medio Prazo
4-Garantir as condições de comercialização dos produtos de maneira formal(espaço, selo de inspeção, embalagem ,etc	4-Possibilitar a comercialização dos produtos dentro dos padrões sanitários exigidos pela legislação	4-Garantir 100% de Serviço de Inspeção Municipal - SIM	4.1-Estruturar o Serviço de Inspeção Municipal	SMA	SMA/CONSEA/CAISAN	Longo Prazo
			4.2- Regularizar os produtores	SMS/Vigilância Sanitária	CONSEA/CAISAN	Permanente
5-Implantar áreas de desenvolvimento econômico solidários, artesanatos, Empreendedorismo setor produtivo)tendo contrapartida de geração de emprego e renda	5-Foralecer a economia solidaria e o artesanato e o empreendedorismo com vistas a contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e estimular o crescimento econômico de Miraima	5.1-Mapear os empreendedores existentes	5-1- Estabelecer parcerias com o SINE /SENAC	SMA	SAS/SMA/CONSEA/CAISAN	Permanente

EIXO 03-Produção , comercilaização e Distribuição de Alimentos/Emergencial em situação de calamidade Publica						
Objetivo: Fomentar o abastatecimento alimentar como forma de consolidar a organização da produção ,o abastatecimento e o consumo para garantia do acesso regular e permanente da produção de Miraima em quantidade suficiente ,qualidade e diversidade , respeitando os aspectos culturais e ambientais						
Ação	Objetivo	Meta	Atividades	Responsaveis	Parceiros	Prazo
1-Implantar equipamento publico de segurança alimentar e nutricional	01-Garantir a implantação de equipamento de serviços públicos na area de segurança alimentar e nutricional	01-Implantar uma cozinha comunitária	1.1-Equipar a cozinha comunitária	SAS	SMA/União	Longo prazo
		02-Implantar uma cooperativa dos agricultores da agricultura Familiar	1.2- Criar a Cooperativa	SMA	SAS/CONSEA/CAISAN	Longo Prazo
2-Fortalecimento do PNAE	2-Fazer cumprir a lei de 30% da compra direta dos alimentos da agricultura familiar	2-Melhoria na merenda escolar	2.1- Articulação intersetorial para a compra direta da agricultura familiar no âmbito do PNAE	SMA	CONSEA/CAISAN	permanente
3-Fomento ao beneficiamneto de alimentos com destaque para a safra	3-Garantir o beneficiamento e o aproveitament o integral dos alimentos vista a comercializaçã o dos produtos	3-Ampliar o beneficimam ento dos produtos	3.1-Promover ações de capacitação na área	SMA	SMA/CONSEA/CAISAN	permanente
4-Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos	4-Fortalecimento da Agricultura Familiar	4-Ampliar o numero de agricultores familiares no PAA	4.1- Disponibilizar os insumos produtivos	SMA	SMA/CONSEA/CAISAN	Permanente

5-Adquirir alimentos da agricultura Familiar para a composição e distribuição de alimentos as famílias em situação de vulnerabilidades sociais.	5-Destinar e qualificar o o fornecimento de alimentos aos grupos vulneraies no município e em situação de caalmidade publica	5.1-Garantir a melhoria das condições de produção e ampliar a renda da agricultura familiar	5.1-Promover capacitação	SMA	SMA/CO NSEA/C AISAN	Permanente
		5.2-Atender as famílias em situação de vulnerabilidade de alimentar	5.2-Promover alimentação saudavel	SMA	SMA/S S/CONSE A/CAISA N	Permanente
6-Apoiar a participação de organizações de mulheres nas feiras livres	6-Promover a autonomia econômica das mulheres da ampliação das políticas de SAN	6-Ampliar a participação de organizações de mulheres em feira livres	6.1-Qualificar os grupos produtivos de mulheres por meio de ações de organização produtivs de trabalhadoras rurais	SMA	SMA/CO NSEA/C AISAN	Permanente
			6.2- Apoiar campanhas sobre a importância dos grupos de mulheres na agricultura familiar	SMA	SMA/CO NSEA/C AISAN	Permanente
7-Implantar hortas comunitárias	7-Propiciar conhecimento e habilidade de produção em hortas comunitaria	7-Abranger 100% dos equipamnetos públicos com produtos das hortas comunitarias	7- Implana hortas junto as escolas e Unidades da Rede de saúde e rede SUAS	SMA	SMA/S S/SMS/C ONSEA/ CAISAN	Permanente

EIXO 04-Fortalecimento do SISAN

Objetivo:Fortalecer operacional e politicamente os equipamentos do SISAn,CAISAN e CONSEA , possibilitando articulação entre as varias instancias governamentais e não governamentais para a implantação e exercício da Política de SAN em Miraima

Ação	Objetivo	Meta	Atividades	Responsave is	Parceiros	Prazo
1-Integrar as ações e programa de SAN no âmbito da CAISAN com outras politicas	1-Garantir o fortalecimento da intersetorialidade	1-Ampliar a participação e articulação de outras políticas nas ações de SAN	1.1-Promover ações de formação/cao pcação sobre conceitos ,princípios, marco legal, instrumentos e mecanimos de gestão do SISAN, implementação da Política de SAN e realização do DHAA	SMA	SMA/CONSEA/CAISAN	Permanente
2-Estruturação da CAISAN	2-Garantir o Funcionamento da CAISAN	2.1-Criar cargos adm.na CAISAN	2.1-Cumprir o regimento Interno da CAISAN	SMA/SAS	SMA/CAISAN	Permanente
		2.2-Estruturar o espaço físico e equipe de apoio para o funcionamneto da CAISAN	2.2-Promover as reuniões da CAISAN na sede e nos distritos	SMA/SAS	SMA/CAISAN	Permanente
			2.3- Realizar FORUNS da CAISAN na sede e nos distritos	SMA/SAS	SMA/CAISAN	Permanente

3-Fortalecimento do SISAAN no município	3-Promover a mobilização e sensibilização dos gestores públicos lideranças comunitárias sobre SAN	3-Instituir e implementar mecanismos e instrumentos de financiamento para a gestão dos sistemas e seus componentes (Conferências/Conselhos), e para a execução de ações intersetoriais de SAN de formas diretas continuadas.	3.1-Elaborar material educativo sobre o SISAAN	SAS/SMA	SAS/SMA/CONSEA/CAISAN	Medio prazo
			municipal	SAS/SMA	SAS/SMA/CONSEA/CAISAN	Medio prazo
			3.2-Elaborar projetos para captação de recursos para as ações do SAN no município	SAS/SMA	SAS/SMA/CONSEA/CAISAN	Medio prazo
			3.3-Realizar a semana de alimentação saudável no município	SAS/SMA	SAS/SMA/CONSEA/CAISAN	Medio prazo
			3.4-Realizar conferências municipais de SAN	SAS/SMA	SAS/SMA/CONSEA/CAISAN	Medio prazo
			3.5-Implantar o Fundo Municipal de SAN	SAS/SMA	SAS/SMA/CONSEA/CAISAN	Medio prazo
4- Capacitação Permanente da CAISAN/CONSEA	4-Promover a capacitação dos membros da CAISAN e do CONSEA municipal	4-Realizar três capacitações anuais intersetoriais (Saúde, Educação e Ass.Social)	4.1-Realizar Capacitações	SAS/SMA	SAS/CONSEA/CAISAN	Permanente

CAPITULO V

4-MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MIRAIMA

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PMSAN será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN e, conforme dispõe a Lei nº 467/2014 de 29 de abril de 2014, que cria o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN/Municipal, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, o monitoramento e a avaliação deste instrumento são de responsabilidade do Governo Municipal, devendo se concretizar, a partir de uma perspectiva intersetorial sob a coordenação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/Municipal.

A Lei nº 467/2014 que institui o SISAN/Municipal traz em seu artigo 4º as diretrizes que são importantes para a gestão, monitoramento e avaliação do PLAMSAN, com a perspectiva de garantir o DHAA à população de Miraima. São elas:

- I - Promoção da união dos diversos setores e articulação, em regime de colaboração, entre os diversos setores legalmente existentes;
- II - Descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre os diversos setores legalmente existentes;
- III – Conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia ao acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;
- IV- Articulação entre orçamento e gestão;
- V – Estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação de recursos humanos;
- VI – Promoção de ações que visem o desenvolvimento educacional em segurança alimentar e nutricional.

O monitoramento deve ser entendido como o acompanhamento contínuo do desenvolvimento de situações relacionadas à SAN e dos programas e políticas desta temática, em relação a seus objetivos e metas.

A avaliação deve ser entendida como um momento específico e mais abrangente devendo ser precedida por avaliações próprias daquilo que foi fixado nas diversas

diretrizes do PLAMSAN. Deve ainda considerar o que está estabelecido no art. 4º do Decreto nº 7.272, de 2010, como objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e também dos princípios previstos no art. 4º desse Decreto, a respeito do monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área de SAN nas diferentes esferas do governo como princípios do SISAN/Municipal.

O monitoramento e a avaliação do PLAMSAN serão realizados por um Comitê Técnico, que deverá ser criado pela CAISAN/Municipal de Miraima no prazo de 30 dias, contados a partir da publicação do PLAMSAN. Esse Comitê será composto por técnicos das secretarias que compõe a CAISAN/Municipal, representantes da sociedade civil e do CONSEA-Miraima. Deve respeitar o que está exposto no art. 21 do Decreto nº 7.272/2010.

REFERENCIAS BIBLIOGRFICAS

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

FAO. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Relatório 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010.

IBGE/PNAD. Segurança Alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro, 2010. Ministério da Saúde. <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0201>. Acesso em: 11 de outubro de 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasil. Disponível em: www.mds.gov.br/sagi/datasocial. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

ANEXOS